



EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

O Governo Federal e Governos Estaduais, na perspectiva de se desobrigar de sua responsabilidade para com a educação, tentam a municipalização do ensino que acentua as desigualdades da escola pública quanto a recursos materiais e humanos, reforça o clientelismo político e fragmenta o processo educacional brasileiro. Ao mesmo tempo, favorecem a política de privatização do ensino e encaminham projetos que pretendem obter o apoio financeiro de empresários na manutenção das escolas públicas que levarão à ingerência desses setores na escola. Outras investidas são feitas por aqueles setores sociais que através dos meios de comunicação desenvolvem uma campanha de desmoralização da escola e demais serviços públicos e que, na Constituinte, organizados no Centrão, defendem a escola privada, posicionando-se contra as propostas dos setores populares em relação à educação, como a destinação de verbas públicas só para escolas públicas e a gestão democrática do ensino.

As forças sociais e políticas, que na Constituinte e dentro e fora do governo, atacam a escola pública são as mesmas que, mantendo o pagamento da dívida externa e a política de submissão do país ao FMI, impõem o arrocho salarial aos trabalhadores, propõem a privatização das estatais, impedem a Reforma Agrária, cortam os investimentos públicos em setores produtivos na saúde, transporte, educação e habitação.

Neste contexto, as forças sociais e políticas, comprometidas com a efetiva democratização do país e com os interesses dos trabalhadores, reforçam sua unidade para avançar na luta contra a política econômica do governo e por uma escola pública universal, gratuita, democrática, laica que ofereça um ensino de boa e igual qualidade para todos, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Conclamamos pais, alunos e os setores populares a participarem do movimento permanente em defesa da escola pública, reforçando a pressão sobre os parlamentares no segundo turno da Constituinte, participando na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, e fortalecendo o movimento e a organização sindical e popular para a continuidade da luta no novo quadro político institucional do país.

A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA INSERE-SE NA LUTA PELA DEMOCRACIA

Goiânia, 28 a 31 de julho de 1988

CPB – 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SEDE PRÓPRIA: SDS - Edifício Venâncio III - sala 101/102 - Brasília - DF. Fone (061) 225.1003

FILIADA À: **Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino - CMOPE**
Central Única dos Trabalhadores - CUT

Presidente: Tomaz Gillan Deluca Wonghon (RS); **Vice-Presidente:** Agamenon Vielra da Silva (PB); **Secretaria Geral:** Maria Alba Correia da Silva (AL); **Secretaria p/Assuntos Internacionais:** Antonio Ramos Perelra (MG); **Secretaria p/Assuntos Sindicais:** Antonio Augusto Farla (MG); **Secretaria p/Assuntos Educacionais e Culturais:** Paulo Egon Wiederkehr (RS); **Tesoureiro Geral:** Luiz Carlos da Silva (SP); **Vice-Reg. Norte I:** Vanessa Graziotti (AM); **Vice-Reg. Norte II:** Raimundo Luiz Carlos Araujo (PA); **Vice-Reg. Nordeste I:** Lucimar Goes de Souza (MA); **Vice-Reg. Nordeste II:** Maria José Rocha Lima (BA); **Vice-Reg. Centro Oeste:** João Antonio Cabral Monlevade (MT); **Vice-Reg. Sudeste:** José Aguilar Dalvi (ES); **Vice-Reg. Sul:** Rubem de Oliveira (PR).